

Movimentos de resistência ao liberalismo no Douro

Professora Associada na Universidade Lusófona do Porto

Resumo: O liberalismo foi instaurado em Portugal com o pronunciamiento de 1820, de forma pacífica. As condições internas de desgaste político, económico e social motivadas pelas invasões francesas, ausência da Corte no Brasil e governo dos ingleses no país levou à aceitação de um novo regime que, na verdade, poucos sabiam o que significava. O impacto inicial positivo da revolução depressa foi ultrapassado quando as condições mais adversas foram eliminadas e a contrarrevolução não tardou. A resistência ao liberalismo foi particularmente intensa na região do Douro entre a nobreza provinciana, que tentou por várias vezes minar a experiência liberal com levantamentos contrarrevolucionários.

Introdução

O século XIX começou sob o signo das revoluções liberais¹. Portugal acompanhou os movimentos europeus e teve a sua primeira experiência liberal entre 1820-23. O liberalismo português iniciou-se com o pronunciamiento militar de 24 de Agosto de 1820, mas só triunfaria em 1834. Como

1 Ver a propósito o livro de Hobsbawm, Eric- *A era das revoluções*. Lisboa: Presença.

refere Victor de Sá, não se pode reduzir o liberalismo português a «uma única e simples fórmula»².

O vintismo foi o culminar de uma conjuntura política, económica e social adversa. Nos primeiros vinte anos do século XIX, Portugal passou pelas invasões franceses, pela saída da rainha D. Maria I, do príncipe regente D. João e da Corte para o Brasil, pela presença dos ingleses na governação e no exército. Derrotados os franceses, o Rei e a Corte continuaram no Brasil. O poder de decisão encontrava-se do outro lado do Atlântico, o governo de Portugal era administrado pelos ingleses, e D. João VI cedia constantemente às pressões políticas da Grã-Bretanha e dos grandes comerciantes ingleses e portugueses. O sentimento anti-britânico era acentuado, tornando a instabilidade social enorme, muito particularmente no Porto e Douro, por causa do comércio. As dificuldades económicas tornaram-se galopantes, sendo a região do Douro especialmente afetada pela dificuldade de escoamento do vinho do Porto para os mercados externos. Resultante de todas estas vicissitudes o país estava devastado, desmoralizado e desorganizado³.

Foi neste cenário de crise generalizada que nasceu no Porto o Sinédrio, um grupo formado por burgueses, juristas, oriundos de proprietários rurais (Manuel Fernandes Tomás, José da Silva Carvalho e Ferreira Borges) e comerciantes (João Ferreira Viana e José Pereira de Meneses), que personifica o descontentamento político e económico que reinava entre a burguesia, particularmente afetada pelo tratado comercial de 1810, e que visava uma mudança. Em 1820, o grupo do Sinédrio conseguiu o apoio para a sua conspiração dos militares José de Melo Castro e Abreu e Bernardo de Castro Correia de Sepúlveda, provenientes da nobreza provinciana nortenha, que, por sua vez, conseguiram o apoio de outros fidalgos, como o brigadeiro António da Silveira Pinto da Fonseca e o coronel Sebastião Drago de Brito Cabreira. O pronunciamento liderado pelo coronel Cabreira a 24

2 Sá, Víctor de - *A crise do liberalismo*. Lisboa. Livros Horizonte, 1978, p.27.

3 SILVA, Célia Maria Taborda da - Conflitos Sociais no Douro Oitocentista. In *História do Douro e do Vinho do Porto*. Porto: Afrontamento, 2010, pp.88.

de Agosto teve a adesão da cidade⁴, unida contra a governação inglesa, mas pouco esclarecida quanto ao ideário liberal. Nesse dia, a proclamação do regime constitucional terminou com um juramento de obediência à Junta, ao Rei e à Religião Católica. Nos dias seguintes, idênticas proclamações aconteceram em Vila Real e Bragança, mostrando que o pronunciamento de 1820 foi bem acolhido e até participado pelas elites durienses. O liberalismo instaurou-se, assim, em Portugal com o vintismo, de uma forma pacífica, pois veio responder ao descontentamento que se fazia sentir no país e veio satisfazer as ânsias de liberdade e fé na força regeneradora das Cortes e da Constituição⁵.

O pronunciamento do Porto depressa evoluiu para uma revolução liberal, e a oposição ao liberalismo foi imediata por parte dos absolutistas, oferecendo resistência ao novo regime através da contrarrevolução, na defesa dos valores tradicionais. Num país rural, iletrado e dominado pela igreja católica, a estrutura do Antigo Regime não se desintegraria com facilidade, nem a sociedade liberal substituiria a anterior repentinamente, foi longo o período de implantação do liberalismo, motivado pelo arcaísmo da própria sociedade portuguesa e pelo atraso económico e cultural. Além de que a contrarrevolução esteve sempre presente. Logo em 1820 começaram a circular boatos de conjuras e pronunciamentos contra a nova ordem, quer em Lisboa quer na província. Em 1821, membros da mais alta hierarquia religiosa, como o cardeal de Lisboa, manifestaram claramente o seu antiliberalismo, recusando-se a jurar as bases da Constituição. Com o regresso do Rei e da Corte a Lisboa aumentaram as manifestações dos que discordavam da revolução, com atos de contestação e mesmo de insurreição, gerando instabilidade e banditismo⁶, bastante intenso no Douro. Como referiu Victor de Sá, a burguesia só se instalou no poder ao fim de

4 SÉREN, Maria do Carmo e PEREIRA, Gaspar Martins – O Porto oitocentista. In *História do Porto*. Porto: Porto Editora, p.463.

5 DIAS, Graça e José Silva – *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. 2ªed., tomo II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, vol.I, p.671.

6 DIAS, Graça e José Silva - Ob.cit., p.701.

catorze anos (1820-1834) de lutas complexas, durante os quais as vitórias alternavam com as derrotas⁷.

Através das resistências ao liberalismo no Douro procuramos mostrar a complexidade de que se revestiu este processo revolucionário e as suas contradições, pois as aspirações ideológicas burguesas e as movimentações urbanas que promoveram estavam longe do entendimento das massas camponesas que, por isso, facilmente foram catapultadas para a contrarrevolução pelas elites tradicionalistas, como aconteceu na região duriense.

1. A contra-revolução no Douro

O Sinédrio procurou o apoio das elites do Douro e Trás-os-Montes, aliás, das províncias do norte, aliciando vários oficiais superiores para preparar o pronunciamento. As ideias revolucionárias liberais tinham triunfado em Espanha e Nápoles animando os liberais portugueses, sobretudo o grupo portuense.

A morte do General Gomes Freire de Andrade tinha instaurado um clima de medo, sobretudo na capital, pelo que seria mais fácil preparar um golpe militar num local mais afastado de Lisboa e também conseguir apoios junto das elites burguesas e dos militares descontentes. Os soldados tinham em atraso de vários meses o pagamento dos seus soldos⁸ e essa situação já estava a provocar desacetos por parte das tropas. Após a sublevação de Janeiro de 1820 de Riego em Madrid, da adesão da Galiza ao movimento e da aceitação da Constituição por parte do monarca Fernando VII, o Sinédrio, entusiasmado por estes acontecimentos, preparou um pronunciamento militar que instaurasse o liberalismo em Portugal, o qual teve lugar a 24 de Agosto. Para tal, os juristas e comerciantes contaram com o apoio da pequena nobreza das províncias, a qual tinha sido previamente sondada. Nesse sentido contactaram com António da Silveira Pinto

7 SÁ, Victor – *Instauração do Liberalismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987, p.9.

8 CARDOSO, António Manuel Monteiro – *A revolução liberal em trás-os-montes (1820-1834)*. O povo e as elites. Lisboa: ISCTE, 2004, p.137.

da Fonseca, irmão do conde de Amarante, para liderar o movimento. Este não aceitou comandar o movimento mas deu o seu apoio e cooperação aos conspiradores, alguns seus parentes, como o coronel Cabreira. Mais tarde aceitaria presidir ao movimento. Com a ajuda destas personalidades, o Sinédrio, em pouco tempo, tinha forças militares suficientes para avançar com o pronunciamento.

O campo de Santo Ovídio serviu de palco para a parada militar que ocorreu logo ao início da manhã do referido dia, a qual os populares foram observando com surpresa. Celebrou-se uma missa, leram-se as proclamações, dispararam-se tiros. Após isto, os militares, a câmara, e todas as autoridades da cidade instituíram uma Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, presidida por António da Silveira Pinto da Fonseca, com representantes da nobreza, clero, da burguesia mercantil, magistratura e universitária, e das províncias do Minho, Trás-os-montes e Beira⁹.

Apesar da adesão nas províncias, a reação contrarrevolucionária não tardaria em chegar. O conde de Amarante, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca¹⁰, liderou a resistência nortenha ao pronunciamento do Porto. Com esse intuito, e afim de evitar a “anarquia” jacobina que acabava de se instalar, reuniu armas em Chaves e chamou os transmontanos à luta, juntando-se-lhe o governador da Beira, tenente-general António Marcelino da Victória, que mobilizou as tropas de Viseu. Francisco da Silveira conseguiu arregimentar bastantes milícias, dando esperanças ao Rei, com quem se correspondia, de que o pronunciamento do Porto poderia ser debelado¹¹.

A Junta Provisional tentou dissuadir as manobras militares do conde de Amarante, mas a resposta deste foi mandar o regimento de Infantaria 24 de Bragança para Vila Real. Em Vila Real, o visconde de Ervedosa, irmão

9 CARDOSO – Ob cit, p.143.

10 O papel que Francisco da Silveira Pinto da Fonseca desempenhou na guerra peninsular valeu-lhe o título de 1º conde de Amarante. Como governador militar de Trás-os-Montes exercia um verdadeiro poder na região. Como grande viticultor era rico e comportava-se como um verdadeiro Senhor feudal (Pereira Marques, 1981,p.214).

11 CARDOSO – Ob cit, p.134.

do general Bernardo Sepúlveda, e o corregedor da comarca, João de Moura, incitaram as tropas a revoltar-se contra o conde de Amarante. Este começava a perder apoios, tanto mais que até o seu cunhado Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, irmão de sua mulher Emília Teixeira de Magalhães e Lacerda, um dos mais ricos proprietários do Douro se colocou ao lado da Junta, recusando-lhe apoio¹². O isolamento do conde era cada vez maior, as tropas desertavam, muitos dos seus parentes estavam ao lado da Junta, além do irmão e do cunhado também os primos: o marechal António de Lacerda Pinto da Silveira e o brigadeiro João de Lacerda Pinto da Silveira. Face à hostilidade em relação à sua causa, mesmo em Chaves, o conde de Amarante decidiu refugiar-se na Galiza. Mais tarde voltou novamente para Vila Real, onde faleceu em maio de 1821. Gaspar Teixeira fez uma proclamação aos transmontanos incitando-os a permanecer fiéis ao governo estabelecido no Porto, o que de facto fizeram.

Entretanto, em Setembro, as tropas da capital de patente inferior e a população sublevaram-se a favor da Junta do Porto. A partir daí, António da Silveira e o seu grupo tentaram afastar os homens do Sinédrio propondo a dissolução da Junta e a nomeação dos seus membros para cargos públicos. Duas facções se estabeleceram de imediato. De um lado, António da Silveira, Gaspar Teixeira e Cabreira, do outro os elementos do Sinédrio, tendo os primeiros desencadeado um golpe militar, a Martinhada, que acabaria com a vitória dos homens do Sinédrio com a ajuda do general Sepúlveda. Silveira foi desterrado para a sua quinta no Douro, em Canelas, e Gaspar Teixeira, embora implicado no golpe acabou por ser poupado e nomeado governador militar de Trás-os-Montes¹³.

Muito do posicionamento que os ilustres do Douro tomaram a favor ou contra o liberalismo prendeu-se com a questão do protecionismo ou liberalização da produção e comércio para o setor do vinho do Porto. Enquanto os burgueses portuenses do Sinédrio lutavam por uma causa ideológica, o apoio de António da Silveira ao movimento prendia-se com o seu interesse

12 Idem, *ibidem*, p.135.

13 Idem, *ibidem*, p.137.

em expulsar os ingleses, fazer regressar a Corte e, de alguma forma, acabar por controlar o pronunciamento por dentro, como se viu depois na Martinhada. Na verdade, o posicionamento político dos Silveiras e Gaspar Teixeira de Magalhães, nos anos seguintes, comprovará isso mesmo.

1.1 Os vintistas e a questão dos vinhos do Douro

A região duriense vivia em torno do vinho, logo uma questão primordial para os durienses após a revolta de 1820 era a da manutenção ou abolição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, ou seja, a continuação do protecionismo estatal para o setor do vinho do Porto ou a liberalização da produção e comércio. Foi no período Pombalino que se demarcou um território que desde tempos imemoriais se dedicava ao cultivo da vinha¹⁴. A primeira demarcação data de 1756 e foi definida no artigo XXIX do alvará de 10 de Setembro. Pelo mesmo documento instituiu-se juntamente a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, organismo de controlo da produção e veículo de comercialização dos vinhos do Douro. Naquela altura, o Marquês de Pombal criou a Companhia para controlar a produção, equilibrar os preços, restabelecer a qualidade e regular o comércio dos vinhos do Douro¹⁵. A legislação pombalina estabeleceu, igualmente, o exclusivo da barra do Porto para a exportação dos vinhos do Douro e criou duas categorias de vinho: de Embarque e de Ramo. O vinho de Embarque era reservado para exportação, o vinho de Ramo destinava-se a abastecer as tabernas do Douro e Porto.

Este princípio regulacionista vigorou sem grandes entraves até à revolução liberal, altura em que volta à discussão política o problema do protecionismo ou da liberdade comercial para a região. A questão vinícola foi amplamente debatida nas cortes vintistas, tanto pelos que defendiam como pelos que atacavam a intervenção estatal no setor, não só pela importância

14 Sobre as demarcações ver PEREIRA, Gaspar Martins – A evolução do espaço regional. Das demarcações pombalinas ao Douro pós-filoxérico. In *História do Douro e do vinho do Porto*, vol.4-Porto:Afrontamento, 2010, pp.10-27.

15 PEREIRA, Gaspar Martins – *A regulação da região demarcada do Douro: do absolutismo ao liberalismo*. Porto, 2004.

fulcral do vinho do Douro para a economia nacional, como pela filosofia ideológica que lhe estava subjacente.

As Cortes vintistas, apesar das pressões e dos princípios liberais que professavam, não aboliram a demarcação mas apenas a divisão entre as zonas de feitoria e de ramo. O decreto de 11 de Maio de 1822, aprovado pelas Cortes, determinava que se mantivessem as resoluções anteriores tomadas relativamente à abolição dos exclusivos do Brasil, das tabernas e da destilação de aguardentes; que se suprimisse a separação entre a demarcação de feitoria e de ramo, embora se mantivesse nos seus contornos exteriores; que se libertasse a “qualquer cidadão” a compra, venda e destilação de vinhos do Douro, e que a Companhia fosse conservada se bem que reformada e expurgada de muitas das suas anteriores atribuições e competências.

Este decreto durou apenas até à reposição da monarquia absoluta, com a Vilafrancada, altura em que foi substituído pela Carta de Lei de 21 de Agosto que punha em vigor a legislação anterior a 1820, mas antes desse movimento absolutista acontecer já os Silveiras se tinham movimentado e feito um levantamento anticonstitucional.

A família Silveira era das mais conceituadas na região duriense, não só pela sua estirpe e bens como pelo seu empenhamento na comunidade, colocando-se à frente de alguns dos mais importantes movimentos sociais da região. A sua intervenção iniciou-se logo na altura das invasões francesas, em 1808. A 26 de Junho, em Vila Real, o coronel Francisco da Silveira Pinto da Fonseca colocou-se à frente do movimento popular que visava defender os direitos do «Augusto Príncipe» contra a tirania dos invasores franceses. Depois, este mesmo coronel, futuro 1.º Conde de Amarante, estendeu o estandarte da libertação ao Douro e Beira¹⁶. António da Silveira, futuro visconde de Canelas, tal como o irmão, também era um grande e rico viticultor, tendo o cargo de prestígio de deputado (entre 1800-1814) na Companhia.

16 NEVES, José Acúrcio das – *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. Porto: Afrontamento, 2º vol., p. 80-85.

Como grandes viticultores na região do Douro os Silveiras eram a favor do protecionismo vinícola e da Companhia. Além de ricos, tinham o domínio das tropas pelo cargo que Francisco Silveira teve como governador militar e parentes com altas patentes militares espalhados pelas duas margens do Douro, o que levou a família a nova tentativa para conter o liberalismo e promover o regresso ao absolutismo.

2. Os movimentos anticonstitucionais

Desde os primeiros meses de 1822, circulavam boatos de conjuras e pronunciamentos, tanto em Lisboa como na província. Para Silva Dias «o país não estava preparado, e de facto não o prepararam em seguida, para o processo revolucionário liberal»¹⁷. Portanto, segundo o mesmo autor, a nação «ou não participava no processo revolucionário ou descreia pouco a pouco dele»¹⁸.

Essa desconfiança levou à contestação do sistema. Desde 1821 que se contestavam as autoridades, as instituições e a ordem social, gerando insegurança propícia ao aumento da criminalidade e do banditismo e ao aparecimento de movimentos contrarrevolucionários. Em Abril de 1822 foi a chamada “Conspiração da Rua Formosa”; em Maio a aparição milagrosa da Senhora da Rocha, que foi propagada como um prenúncio providencial para acabar com o regime liberal; em Novembro foi a recusa da rainha Carlota Joaquina em jurar a Constituição; em Dezembro, na abertura das Cortes, alguns deputados, entre eles Acúrsio das Neves, defenderam a atitude da rainha¹⁹. Esta situação desfavorável que o país atravessava foi logo explorada

17 DIAS, Graça e José Silva – Os Primórdios da Maçonaria em Portugal. 2ªed., vol.I, tomo II. Lisboa: I.N.I.C., 1986, p.698.

18 Idem, ibidem, p.700.

19 TORRAL, Luís Reis – Tradicionalismo absolutista e contra-revolução (1820-1910). In *Do Antigo Regime ao liberalismo*. Lisboa: Vega, 1989, pp.95-96.

pelos inimigos da ordem constitucional, nomeadamente pelo 2.º Conde de Amarante, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca²⁰.

2.1 O levantamento de Fevereiro de 1823

Este conde de Amarante para acicatar mais os ânimos, no Douro, a juntar a estas condicionantes gerais, acrescentou outras relacionadas com a Companhia das Vinhas do Alto Douro. Logo após o pronunciamento de 24 de Agosto, pôs a circular a notícia de que os liberais iam extinguir a Companhia, o que levaria a uma depreciação dos vinhos²¹. É claro que a Junta Provisional apressou-se a publicar editais negando esse projeto e denunciando o autor dos «boatos». Mas o Conde e outros fidalgos da região, usando da sua influência e prestígio, continuavam a lembrar aos lavradores essa ameaça, para irem criando condições favoráveis para o golpe anticonstitucional que preparavam e que desencadearam a 23 de Fevereiro de 1823.

Foi na tarde desse dia 23, quando a procissão dos Passos saía da igreja da Misericórdia de Vila Real, que tudo começou. Chegando ao campo do Tabulado, o Conde de Amarante, António da Silveira Pinto da Fonseca, o Morgado de Mateus, D. José Luís de Sousa, e grandes agricultores da região proclamaram «Viva o Rei absoluto, morra a Constituição», no que logo foram apoiados pelo povo. Depois, as autoridades civis e eclesiásticas reuniram-se na Câmara, onde lavraram o auto de juramento ao Rei. Vários atos festivos se desenrolaram em seguida, com forte participação popular²².

20 2.º Conde de Amarante, filho de Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, 1º Conde de Amarante, que participou ativamente na luta contra os Franceses. O 2º conde foi também marquês de Chaves. Herdou muitos bens, entre eles o morgado do Espírito Santo, em Canelas. Na opinião de Pinho Leal era o homem de mais prestígio entre o exército e o povo do Norte. (PINHO LEAL, Augusto Soares d' Azevedo - Portugal Antigo e Moderno, vol.II, Lisboa: Editora Mattos Moreira & Companhia, 1873, p.285).

21 Esta notícia que o conde de Amarante pôs a circular como certa era apenas uma possibilidade. De facto, discutia-se essa hipótese e muitos liberais defendiam a extinção do regime restritivo, entre eles Teixeira Girão.

22 TENGARRINHA, José – *Movimentos Populares Agrários em Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1994, 2vol., p.203.

No mesmo dia, houve grande manifestação popular em frente da residência do Juiz de Fora de S.João da Pesqueira para que se conservasse o Convento de S. Francisco daquela vila. No dia seguinte, alastrou o movimento às duas margens do Douro. A 24, houve um levantamento popular de apoio na Folgosa e povos vizinhos. A 25, foi no Peso da Régua que rebentou um motim popular em que gritavam «Viva El-Rei, morra a Constituição», tocavam os sinos e cantavam o «Te Deum». Em todos os lugares próximos se passou o mesmo. A revolta alastrou por Mesão-Frio e Armamar, correndo boatos que tinha chegado acima do Côa²³.

Em Lamego, a revolta deu-se no dia 5 de Dezembro. Nesse dia, José de Melo, comandante de milícias, reuniu em Lamego todas as companhias do seu regimento, deu o brado de revolta contra a Carta Constitucional e aclamou como rei D.Miguel. Logo depois, a Câmara reuniu extraordinariamente com a participação do clero, nobreza e povo, para dar vivas a D.Miguel, com repiques de sinos, salva de fogo e luminárias, durante três dias²⁴.

Em toda a região de Trás-os-Montes houve a mesma adesão que no Douro, principalmente nos meios rurais, onde a resistência ao exército constitucional foi grande, lutando o povo, quer com armas que lhes foram distribuídas, quer com os seus próprios instrumentos de trabalho.

As Cortes, quando souberam dos acontecimentos (27 de Fevereiro), limitaram-se a suspender as garantias, mas, perante o apoio dos populares rurais transmontanos à sublevação absolutista, tomaram medidas mais sérias, ameaçando as povoações de que, caso se levantassem contra o sistema constitucional, ficariam fora da proteção da lei e poderiam ser julgadas em Conselho de Guerra, e mesmo ser condenadas à morte.

Dias depois, o comandante das forças constitucionais em Trás-os-Montes, Luís do Rego Barreto, reforçou as ameaças: as povoações que fizessem fogo às tropas liberais seriam incendiadas e os seus habitantes dispersos.

23 Idem, *ibidem*.

24 COSTA, Manuel Gonçalves – *Lutas Liberais e Miguelistas em Lamego*. Lamego: gráfica de Lamego, 1975, p.63-64.

Ao fim de dois meses de resistência, este mesmo comandante conseguiu vencer o conde de Amarante.

O movimento apostólico derrotado em Trás-os-Montes viria a sair vitorioso mais tarde no golpe de Estado conhecido como «Vilafrancada», encabeçado por D. Miguel. O cenário europeu era novamente de regresso ao conservadorismo. Animados pelas intervenções da Santa Aliança²⁵, pelo regresso do absolutismo em Espanha, pela independência do Brasil e pela morte de Fernandes Tomás (Novembro de 1822), os absolutistas avançaram para um golpe liderado pelo próprio príncipe D. Miguel. O apoio que D. João VI deu ao golpe não se traduziu na reposição do absolutismo ortodoxo. Este rei seguiu uma linha mais moderada a que se opôs D. Miguel e o levou a tentar o golpe contra-revolucionário de Abril, a «Abrilada», que o levaria ao exílio, em Viena.

2.2. O levantamento de 1826

Com a morte de D. João VI, em Março de 1826, sucedeu-lhe o seu filho mais velho, D. Pedro, mas como ele já era imperador do Brasil abdicou do trono português em favor de sua filha Maria da Glória, com a condição de que D. Miguel casasse com a sobrinha, e outorgou a Carta Constitucional. Esta atitude desencadeou por todo o país uma forte resistência. Em vários locais, padres, militares e gente do povo falavam contra a Carta em sinal evidente de hostilidade ao liberalismo e de adesão à causa absolutista, o que motivou, de novo, levantamentos anticonstitucionais. Em Trás-os-Montes a revolta foi novamente comandada pelos Silveiras e chefiada pelo 2.º conde de Amarante e marquês de Chaves, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, embora a liderança efetiva foi de António da Silveira, devido à debilidade mental do marquês²⁶. A família Silveira continuava a sustentar a luta contra as instituições liberais e procurou apoio para conspirar contra a

25 Coligação de Estados (Áustria, Rússia, Prússia) que se formou após a derrota de Napoleão Bonaparte e na sequência do Congresso de Viena, no decorrer do ano de 1815, para defender os interesses políticos das monarquias absolutas existentes antes da revolução francesa.

26 CARDOSO, António- Ob.cit, p.476.

Carta em Espanha, onde se encontrava o visconde de Canelas, e o próprio marquês, que para lá tinha fugido, tal como o tinham feito vários soldados que desertaram dos seus regimentos. Em novembro de 1826 tomaram Bragança, com eles estavam cerca de mil e duzentos militares que tinham desertado e outros tantos ou mais paisanos armados, pelo que o general Valdez, futuro conde do Bonfim, rendeu-se. Em todo o Douro também houve tumultos e sublevações a favor de D. Miguel, já que a maioria das freguesias eram realistas, e neles participaram principalmente lavradores, assalariados e vadios. Além de que guerrilhas miguelistas, lideradas por famosos guerrilheiros como Cachapuz ou Albergaria contribuía para a desordem e enfrentavam igualmente as tropas governamentais. Ainda em Novembro, a marquesa de Chaves, que conseguiu fugir à vigilância em que as autoridades liberais a mantinham na sua casa de Vila Real, refugiou-se na aldeia de Galafura, baluarte dos Silveiras. A partir daí, marchou para Vila Real acompanhada por mais de 2000 pessoas e do guerrilheiro Manuel Soares de Albergaria, para proceder à libertação dos presos políticos, depor o Juiz de Fora e aclamar D. Miguel. Dali dirigiu-se para Chaves com mil e quinhentos paisanos armados mais o regimento de milícias de Vila Real, conseguindo ocupar aquela praça. Quase toda a província ficou nas mãos dos sublevados, inclusive formaram em Bragança uma “Junta do Supremo Governo Provisório do Rei”, presidida pelo marquês de Chaves, que emitiu um manifesto em defesa dos direitos de D. Miguel²⁷. Contudo, as forças realistas não conseguiram sustentar por muito tempo esta luta, porque a sua desorganização começou a dar vantagem às forças constitucionais, comandadas por Claudino Pimentel. Antes de terminar Janeiro de 1827, já toda a resistência organizada dos realistas da margem esquerda do Douro tinha cessado. Pouco tempo depois também eram batidos os de Trás-os-Montes²⁸.

27 Idem, *ibidem*, p.486.

28 Costa, Manuel Gonçalves – *Ob.cit*, p.50 e segs.

3. D. Miguel e a reposição do absolutismo

D.Miguel aceitou as condições do irmão: celebrou os esponsais do casamento e jurou cumprir a Carta. Em Junho de 1828, reentrou em Portugal, tendo sido recebido com fortes ovações populares. Uma vez no país, porém, decidiu convocar Cortes segundo o antigo estilo da monarquia. Estas declararam a Carta nula e sem efeito, sendo D. Miguel aclamado rei legítimo de Portugal. A ala mais radical do absolutismo passou a dominar o governo. No meio liberal a resistência foi imediata, mesmo entre os que eram seus adeptos. Veja-se o exemplo de D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, conde de Vila Real. Participou no movimento anticonstitucional de 1823, foi buscar D. Miguel a Viena e foi ministro da Guerra, mas, desapontado com a atitude e o rumo da política de D. Miguel, pediu a demissão e emigrou, pois a sua tendência política era a monarquia moderada²⁹. A partir de então começou um período de perseguição aos liberais. No Douro, o liberal António Lobo de Barbosa Teixeira Ferreira Girão, futuro visconde de Vilarinho de S.Romão, teve de viver escondido durante cinco anos, por causa da sua ideologia. Perante esta situação, D. Pedro abdicou da coroa do Brasil, vindo para a Europa onde reuniu apoios políticos e financeiros e organizou na Terceira um exército para invadir Portugal. Com o célebre desembarque do Pampelido iniciou-se a guerra fratricida, dividindo o país entre liberais e miguelistas até 1834, altura em que os miguelistas foram vencidos. Contudo, esta vitória liberal não pacificou Portugal.

Em 1834, D. Pedro extinguiu a Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, após várias medidas legislativas que apontavam nesse sentido, tomadas por José da Silva Carvalho ainda durante o cerco do Porto. Pelo Decreto de 30 de Maio foram extintos «todos os privilégios, autoridades, prerrogativas e proeminências de qualquer natureza ou denominação concedidos à Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e à Junta da sua Administração, desde o tempo do seu estabelecimento até ao presente». Pelo mesmo decreto, a barra do Douro foi aberta ao comércio de todos

29 ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – Nobreza de Portugal e do Brasil. 3^ovol. Lisboa: Zairol, 1961, p.522-523.

os vinhos portugueses, pagando 12\$000 réis por pipa. Com a extinção da Companhia iniciou-se um regime de liberdade de produção e comércio.

A Convenção de Évora Monte, celebrada em 1834 entre liberais e miguelistas pôs termo à luta das duas facções, embora subsistissem as guerrilhas. No entanto, os miguelistas, apesar de terem sido derrotados, não se deram por vencidos e difundiram por todos os meios uma ideologia contrarrevolucionária. No Douro, a reacção à vitória da monarquia constitucional fez-se, pela parte dos absolutistas com algum peso social, através da utilização da sua influência local para promoverem levantamentos pontuais de aclamações a D. Miguel³⁰. Nobres, como o Visconde de Peso da Régua, estavam continuamente a infundir nos povos ideias de «subversão»³¹. A população em geral teve uma resistência pacífica, recusando-se ao cumprimento das leis. Era frequente a referência a que era «mal observado o respeito às Instituições novíssimas», segundo o administrador da Guarda, porque era grande a desconfiança dos habitantes e porque tinha sido descurado o esforço de as aliciar para a aceitação do novo regime³². Concomitantemente, a falta de força militar deixava a maior parte das vezes a delinquência por punir³³. Daí, nos primeiros anos de Governo, os liberais terem-se confrontado com movimentações sociais de resistência às mudanças estruturais que pretendiam implementar.

Após a vitória, os liberais puseram em prática um conjunto de reformas tendentes a consolidar e tornar irreversível a sua posição política. Uma delas foi a constituição de uma Guarda Nacional. Encontraram de imediato a resistência das populações, que se recusavam a integrar essa força mesmo a isso obrigadas por lei. O repúdio era de tal forma que a Câmara de Armar e o governador Militar da Província do Douro, em correspondência para o Ministério do Reino, chamavam a atenção do governo para a não

30 Sobre as resistências ao liberalismo depois de 1834, ver SILVA, Célia Maria Taborda – *Movimentos sociais no Douro no período de implantação do liberalismo (1834-1855)*. Porto: GEHVID, 2007.

31 Arquivo Nacional Torre do Tombo. (A.N.T.T.), A.S.E., *Ministério do Reino*. Maço 2108, n.º311.

32 Idem. Maço 2096, n.º119.

33 Idem, ibidem.

eficácia de uma Guarda Nacional constituída por pessoas de «mau espírito político», ou seja, pessoas votadas à causa de D. Miguel³⁴. E exemplo do que diziam foi o que aconteceu em Tabuaço, em que se alistaram na Guarda Nacional «criminosos e guerrilhas do usurpador sem respeito pela lei»³⁵. Aconselhavam por isso a manter os batalhões de voluntários.

Os partidários de D. Miguel, por seu lado, continuavam a trabalhar no sentido de manter viva junto das populações a mensagem miguelista, quer através da imprensa, quer do púlpito, ou mesmo pegando em armas. O discurso miguelista era o do extermínio do liberalismo e dos liberais e a restauração dos antigos privilégios, usos e costumes. Assim, a acompanhar toda a propaganda ideológica que fizeram, verificaram-se ações subversivas de aclamação de D. Miguel em vários locais do país, nomeadamente no Douro. Foram ações, que continuaram a ser, a maior parte das vezes, desencadeadas por «notáveis» locais oriundos de uma nobreza provincial ou por ex-oficiais amnistiados de Évora Monte. Tinham porém, a conivência popular, pois esta classe apoiava maioritariamente D. Miguel. Segundo os liberais, tal se verificava, porque eram ignorantes e influenciados por clérigos fanáticos.

Os atos que promoviam, mesmo sem terem grande dimensão, inquietavam as autoridades. E as autoridades preocupavam-se com o Douro, não só pelos sentimentos anti-liberais que as suas gentes demonstravam, mas também por serem asilo de eclesiásticos e militares amnistiados, que eram contrários ao Governo.

Alijó, Armamar e Régua eram terras em que havia constante conspiração miguelista e vivas a D. Miguel. Na Régua, a maior parte da vereação da vila e figuras ilustres, entre elas José Bernardo Ferreira, projetaram grandes festejos em honra de D. Miguel. Organizaram um cortejo numeroso e cheio de luz que seguiu rua Nova abaixo muito devagar e que teve paragem em frente da casa da Companhia, pois numa das janelas estava colocado o

34 FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *Résistances Populaires au Libéralisme au Portugal (1834-1844)*. Paris: Université de Paris I – Panthéon – Sorbonne, p. 234- 235.

35 A.N.T.T.- A.S.E.- Ministério do Reino. Maço 2131.

retrato de D. Miguel, em frente do qual alguns indivíduos discursaram e recitaram poesias³⁶. Esta manifestação, sob a aparência de política, serviu igualmente para mostrarem o seu descontentamento em relação às medidas liberalizadoras do setor do vinho do Porto. Com efeito, a euforia que se seguiu à liberalização traduziu-se numa expansão dos vinhedos e na circulação de grandes quantidades de vinho, o que levou a uma acumulação de «stocks», no Douro e em Gaia, e ao abaixamento de preços. Os mais prejudicados foram os lavradores. Como referia a Câmara do Peso da Régua: «os Lavradores, toda a lavoura do Douro, se aniquila: os Comerciantes de vinhos abuzão da Liberdade que não merecem: e aproveitando-se da extrema necessidade dos Lavradores, estão comprando os melhores vinhos do Douro pelos demenutissimos preços de dez até vinte mil reis, que em outro tempo davão a 30\$ e 60\$ reis... tudo faz reclamar as providencias que o Marquez de Pombal adoptou em analogas circunstancias...»³⁷.

O miguelismo foi um movimento contrarrevolucionário, pode-se dizer que desde 1823, tornando-se uma forte resistência à instauração do liberalismo em Portugal, pois, segundo Maria Alexandre Lousada, era dotado de ideologia - a ideologia da contrarrevolução³⁸. Nos discursos miguelistas o mundo é reduzido à dicotomia bem-mal, sendo o mal os liberais e o liberalismo. Esta semântica era facilmente compreendida no mundo rural, como o era o Douro oitocentista, daí o suporte que as elites miguelistas tiveram aos levantamentos antiliberais que sucessivamente desencadearam. Toda a ação contrarrevolucionária foi no sentido de repor o passado e a tradição como a única via para travar o caos do liberalismo.

36 História da vila e concelho do Peso da Régua. Peso da Régua: Câmara municipal, 1936, p.106-107.

37 Idem, ibidem, p.103-104.

38 LOUSADA, Maria Alexandre – O Miguelismo, um discurso contrarrevolucionário. In *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*. Lisboa: Vega, 1989, p.112.

Conclusão

A família Silveira liderou a primeira grande resistência ao liberalismo, encetando a primeira sublevação armada contra o regime liberal e desempenhando um papel fulcral ao serviço do absolutismo, depois de 1826 polarizado na figura de D. Miguel. Os seus interesses pessoais mais que ideológicos terão movido os Silveiras à ação. O paternalismo clientelar que estabeleceram com os populares, muitos deles seus dependentes, contribuiu para a fácil mobilização camponesa. Por outro lado, o distanciamento legal das elites constitucionais em relação ao povo acabou por romper a “economia moral” existente no mundo rural e fez as massas desconfiarem ainda mais dos valores liberais, apostados em acabar com o Rei e a Religião. No Douro, o processo de implantação do liberalismo foi ainda mais intensamente vivido e participado por causa da “questão duriense”, protecionismo ou livre-cambismo, andando, muitas vezes, o posicionamento ideológico interligado com os interesses económicos. Assim, o apoio a D. Miguel veio dos nobres, fidalgos, graduados do exército, membros do clero, pessoas que pela sua influência social junto das populações tentavam mobilizá-las para a contrarrevolução. E não foi difícil mobilizar os populares, pois, como dizia Luz Soriano, era «um príncipe idolatrado pela população»³⁹, ou como relatavam os ofícios dos Governadores Civis os povos «rudes e ignorantes» eram incapazes de compreender as vantagens do novo sistema, daí a mitificação em torno de D. Miguel.

Enquanto os absolutistas tentavam conservar o poder para assegurar as vantagens de que há muito usufruíam, os adeptos do novo regime empenhavam-se na sua implantação. O país do Antigo Regime só ficou para trás com a vitória de 1834, relegando definitivamente os miguelistas de poder a contra-poder. Não obstante, os defensores da ideologia absolutista contra-revolucionária continuaram a sua batalha na defesa da tradição como norma política, na união entre trono e altar, na permanência social e na

39 SORIANO, Simão J. da Luz – *História da Guerra Civil*, III, II, p. 289.

rejeição de todas as declarações revolucionárias liberais⁴⁰. Por sua vez, a Monarquia da Carta que acabara de nascer, encontrou de imediato resistências, segundo Vasco Pulido Valente, porque nasceu sobre um «abismo»⁴¹, pelas fações sociais que não conseguia conciliar. Com a vitória de Évora-Monte, não foi o liberalismo em bloco que saiu vencedor mas a ala mais moderada e adepta da Carta, correspondente, em termos sociológicos, aos interesses da grande burguesia, interesses esses que não correspondiam aos da restante burguesia liberal, nem aos dos vencidos, resultando daqui instabilidade social derivada da transferência da propriedade e da corrida aos empregos públicos. Aos problemas económicos e sociais juntaram-se as disputas políticas entre os grandes generais do liberalismo, Saldanha, Palmela, Terceira, cada um a tentar ter mais poder que o outro. Esta situação levou a que fossem necessários muitos anos a que de facto o liberalismo verdadeiramente se instaurasse. O período entre 1834-1851 foi de extrema instabilidade política. Fátima Bonifácio considerou esta fase da implantação do constitucionalismo monárquico uma «guerrilha política» permanente, com constantes golpes de Estado, conspirações, intrigas e fraudes eleitorais⁴². Assim, as resistências ao liberalismo só acabariam de facto em 1851, com a Regeneração.

Bibliografia

- BONIFÁCIO, Maria de Fátima - A guerra de todos contra todos» (ensaio sobre a instabilidade política antes da regeneração). *Análise Social*. Lisboa. Vol.XXVII: 115 (1992).
- CARDOSO, António Manuel Monteiro – A revolução liberal em trás-os-montes (1820-1834). O povo e as elites. Lisboa: ISCTE, 2004.

40 Sobre a ideologia contra-revolucionária miguelista ver LOUSADA, Maria Alexandre – *O miguelismo (1828-1834): o discurso político e o apoio da nobreza titulada*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1987. Trabalho de Síntese.

41 VALENTE, Vasco Pulido – *Os Devoristas. A revolução liberal 1834-1836*. Lisboa: Quetzal, 1993, p. 15.

42 BONIFÁCIO, Maria de Fátima - A guerra de todos contra todos» (ensaio sobre a instabilidade política antes da regeneração). *Análise Social*. Lisboa. Vol.XXVII: 115 (1992), p.92.

- COSTA, Manuel Gonçalves – Lutas Liberais e Miguelistas em Lamego. Lamego: Gráfica de Lamego, 1975.
- DIAS, Graça e José Silva – Os Primórdios da Maçonaria em Portugal. 2ªed., tomo II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, vol.I, p.671.
- FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – Rebeldes e Insubmissos. Resistências populares ao liberalismo (1834-1844). Porto: Afrontamento, 2002.
- HOBBSAWM, Eric J. – A era das revoluções. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- LOUSADA, Maria Alexandre; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Revoltas absolutistas e movimentação camponesa no Norte, 1826-1827 (algumas notas). In O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Lisboa: Sá da Costa, 1981, 2ºvol., p.169-183.
- LOUSADA, Maria Alexandre - O miguelismo, um discurso contra-revolucionário. In Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850. Lisboa: Vega, 1989, p.112-131.
- NEVES, José Acúrcio das – História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino. Porto: Afrontamento, 2 vols.
- PEREIRA, Gaspar Martins – A evolução do espaço regional. Das demarcações pombalinas ao Douro pós-floxiérico. In História do Douro e do vinho do Porto, vol.4-Porto:Afrontamento, 2010, pp.10-27.
- PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo - Portugal Antigo e Moderno, vol.II, Lisboa: Editora Mattos Moreira & Companhia, 1873, p.285.
- SÁ, Victor de – A crise do liberalismo e as primeiras manifestações socialistas em Portugal 1820-1852. 3ªed. Lisboa: Horizonte, 1978.
- SÁ, Victor – A revolução de Setembro de 1836. 3ªed. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- SILVA, Célia Maria Taborda da – Movimentos sociais no Douro no período de implantação do liberalismo (1834-1855). Porto: GEHVID, 2007.
- SILVA, Célia Maria Taborda da – Conflitos Sociais no Douro Oitocentista. In História do Douro e do Vinho do Porto. Porto: Afrontamento, 2010, pp.88-139.
- TENGARRINHA, José – Movimentos Populares Agrários em Portugal. Lisboa: Europa-América, 1994, 2vols.
- TORGAL, Luís Reis – Tradicionalismo absolutista e contra-revolução (1820-1910). In Do Antigo Regime ao liberalismo. Lisboa: Vega, 1989, p.93-104.
- VALENTE, Vasco Pulido – Os Devoristas. A revolução liberal 1834-1836. Lisboa: Quetzal, 1993.
- ZUQUETE, Afonso - Nobreza de Portugal. Tomo III. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.